

# Comissão aprova regras mais duras para crimes graves

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro, projeto que torna mais rígidas as regras para a soltura de condenados por crimes graves.

O texto também amplia a lista de crimes hediondos e restringe benefícios penais como saídas temporárias e livramento condicional.

Uma das principais mudanças da proposta é a inclusão de novas modalidades de homicídio no rol de crimes hediondos.

Se a proposta virar lei, o homicídio simples praticado com premeditação, em atividade de grupo de extermínio ou contra menores de 15 anos passará a ter o mesmo tratamento penal aplicado hoje ao homicídio qualificado: pena de reclusão de 12 a 30 anos.

**SAÍDAS TEMPORÁRIAS** - O texto aprovado também proíbe a concessão de saídas temporárias e livramento condicional para condenados por crimes hediondos, dolosos com resultado morte e sexuais contra vulneráveis.

Para esses mesmos crimes, a concessão de benefícios como indulto e comutação de pena fica

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



> A Câmara dos Deputados continua discutindo o assunto

condicionada ao cumprimento de, no mínimo, 70% da pena e à apresentação de laudo pericial que comprove a cessação da periculosidade do condenado.

**PARECER FAVORÁVEL** - O parecer favorável foi apresentado pelo relator, deputado Zucco (PL-RS). Ele fez ajustes técnicos, na forma de substitutivo, que não alteram o

conteúdo da proposta original (Projeto de Lei 4073/25), do deputado José Medeiros (PL-MT).

“O sistema penal brasileiro, atualmente, é marcado pela excessiva benevolência na execução da pena e pela concessão prematura de benefícios a condenados por crimes graves, o que agrava o sentimento de impunidade e compromete a credibilidade da

Justiça”, criticou o relator.

**PRÓXIMOS PASSOS** - O projeto será ainda analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Em seguida, seguirá para votação no Plenário. Para virar lei, precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Da Agência Câmara de Notícias  
BRASÍLIA

## Nova lei reconhece a profissão de multimídia

DEPOSITPHOTOS/AGÊNCIA CÂMARA DOS DEPUTADOS



> Nova lei deve garantir maior segurança trabalhista e social no ramo

A Lei 15.325/26, que reconhece oficialmente a profissão de multimídia, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova norma foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (7).

A lei caracteriza as atividades que podem ser exercidas por profissionais multifuncionais, de nível superior ou técnico, da área multimídia.

Entre essas atividades estão criação, produção, captação, edição, planejamento, gestão e organização, programação, publicação, disseminação ou distribuição de conteúdos de sons, imagens, animações, vídeos e textos nos diferentes tipos de mídias eletrônicas e digitais de comunicação e de entretenimento.

**PROJETO DA CÂMARA** - A nova lei teve origem no Projeto de Lei 4816/23, da deputada Simone Marquette (MDB-SP), e foi aprovado pela Câmara dos Deputados com parecer favorável do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), e pelo Senado.

A regulação da nova categoria profissional, segundo a autora do projeto atende às demandas do mercado de trabalho. “Um mercado tão diverso, qualificado e tecnológico, em suas múltiplas funções e setores de atividade”, acrescentou Magalhães.

Da Agência Câmara de Notícias  
BRASÍLIA

# Comissão aprova projeto que obriga câmeras em estádios

VINÍCIUS LOURES/AGÊNCIA CÂMARA DOS DEPUTADOS



> Deputado Capitão Alden, relator

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, em dezembro, o Projeto de Lei 2776/2025, que torna obrigatório o uso de tecnologia de reconhecimento facial em estádios de futebol com mais de 10 mil lugares. Pela proposta, as câmeras devem ser instaladas em locais chave:

- Entradas e catracas;
- Acessos às arquibancadas e setores populares;
- Corredores principais e áreas internas;
- Perímetro externo até 200 metros das entradas.

O projeto prevê ainda que o sistema de reconhecimento facial deverá ser conectado ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e outros cadastros de segurança. O objetivo é permitir a identificação em tempo real de foragidos ou pessoas barradas.

A coleta das informações deve seguir os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e dados e imagens só poderão ser usados para fins de segurança pública ou controle de acesso.

**TORCEDORES** - Pela proposta, para comprar o ingresso, o torcedor fica obrigado a preencher um cadastro com nome, CPF, data de nascimento, foto recente em formato digital e termo de responsabilidade. A venda de ingressos sem o vínculo biométrico fica proibida.

O relator, deputado Capitão Alden (PL-BA), defendeu a aprovação do projeto, do deputado Au-

gusto Puppio (MDB-AP). Segundo Alden, a violência nos estádios de futebol desafia a integridade física dos torcedores e a ordem pública. Ele avalia que o projeto soluciona um problema recorrente no futebol brasileiro: o controle falho de acesso e a circulação de ingressos falsificados.

“A vinculação da aquisição ao cadastro biométrico e ao CPF, como propõe o autor, fortalece a responsabilidade individual e reduz substancialmente o ingresso de pessoas não identificadas nos estádios – muitas vezes ligadas a facções ou grupos organizados de violência”, concluiu o relator.

**REJEIÇÃO** - Em outubro de 2025, a Comissão de Esporte rejeitou o projeto. O parecer da deputada Laura Carneiro conclui que a Lei Geral do Esporte já regula monitoramento por imagem e biometria em arenas acima de 20 mil lugares e que o reconhecimento facial em estádios de 10 mil lugares geraria insegurança jurídica e custos altos.

Pelo projeto, as despesas com instalação, operação e manutenção dos sistemas de reconhecimento facial são responsabilidade das administradoras dos estádios e dos clubes, que deverão ter equipes treinadas e planos de resposta rápida para alertas.

Multas por descumprimento vão de advertência a R\$ 100 mil por evento, suspensão de alvará e ações civis, com os recursos revertidos ao Fundo Nacional de Segurança Pública.

**PRÓXIMAS ETAPAS** - O projeto será ainda analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, o texto deve ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Da Agência Câmara de Notícias  
BRASÍLIA

## Projeto proíbe uso de imagens desrespeitosas à fé cristã em desfiles de escola de samba

O Projeto de Lei 830/25 proíbe a veiculação de imagens sacras e satânicas, símbolos sagrados e representações desrespeitosas à fé cristã, católica ou evangélica em desfiles de escolas de samba e em eventos carnavalescos no Brasil.

Apresentado pelo deputado Pastor Gil (PL-MA), o texto considera representações desrespeitosas quaisquer formas de expressão artística que ofendam ou ridicularizem as crenças, rituais ou valores das tradições cristãs, católicas ou evangélicas.

A proposta está em análise na Câmara dos Deputados.

“A crescente presença de elementos profanos e desrespeitosos em desfiles de escolas de samba tem gerado uma profunda preocupação entre os fiéis e a sociedade em geral”, disse o parlamentar.

“O Carnaval, que deveria ser um momento de celebração e união, tem se tornado palco para a afronta a valores sagrados e à espiritualidade de milhões de brasileiros”, acrescentou.

**PUNIÇÃO** - De acordo com o projeto, a violação da norma terá as seguintes penalidades:

- advertência formal na primeira infração;
- multa no valor de 300 salários mínimos em caso de reincidência;
- suspensão das atividades das

escolas de samba ou organizações responsáveis pelo evento por um período de até 36 meses em caso de infrações repetidas.

**FISCALIZAÇÃO** - A fiscalização ficará a cargo das prefeituras e governos estaduais, secretarias responsáveis pela cultura e eventos públicos, além do Ministério Público.

Os órgãos competentes deverão criar canais para denúncias anôni-

mas sobre as infrações.

**PRÓXIMOS PASSOS** - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Da Agência Câmara de Notícias  
BRASÍLIA



**Município de Pato Bragado**  
Estado do Paraná

RESUMO DE ATOS OFICIAIS  
(ÍNTegra PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO, ENDEREÇO WWW.PATOBAGADO.PR.GOV.BR).

**PORTARIA Nº 010, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.**  
Dispõe sobre a designação de comissão municipal para coordenar e acompanhar processo de seleção através de Concurso Público.

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº 2026002/2026**  
**LICITAÇÃO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2025  
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO – CNPJ 95.719.472/0001-05  
**CONTRATADO:** NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA – CNPJ: 09.492.811/0001-21  
**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de nitrogênio líquido para o armazenamento e conservação de sêmen bovino, visando garantir a manutenção da qualidade das amostras congeladas.  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).  
**VIGÊNCIA:** 08/01/2026 a 08/01/2027

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES**  
**MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES - PR**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2026**  
OBJETO: Formação de Registro de Preços para contratação futura de Pessoa Jurídica para prestação de serviços, incluindo material de mão de obra, para manutenção e limpeza do Cemitério Municipal de Quatro Pontes-PR, bem como construção de carneiras. PRAZO: Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculante para o Contratado, e terá o prazo de execução de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, conforme art. 84 da Lei 14.133/21. VALOR ESTIMADO: R\$170.406,00 (cento e setenta mil quatrocentos e seis reais). FORNECEDORA: POSITIVO CONSTRUTORA LTDA. Quatro Pontes - PR, 06 de janeiro de 2026.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2025**  
CONTRATADA: Mork Solar - Produtos e Serviços Elétricos Ltda – ME, CNPJ 24.616.322/0001-28. PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 038/2025. Concorrência nº 002/2025. OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de execução contratual por mais 90 (noventa) dias, em razão de fato superveniente (atraso na importação de insumos), com a consequente adequação do prazo de vigência. NOVOS PRAZOS: Término da Execução: 20/02/2026.Término da Vigência: 23/10/2026. VALOR: Inalterado. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e Art. 124, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. Quatro Pontes – PR, 22 de dezembro de 2025.

**CESAR ALEXANDRE SEIDEL**  
Prefeito

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 131/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE, Estado do Paraná, Sr. Lucian Aluisio Dierings, no uso de suas atribuições legais, considerando a ata de adjudicação do Pregão Eletrônico nº 077/2025; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, **HOMOLOGA** o resultado da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 077/2025, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de alimentação enteral, formulas infantis e coletor manual de leite materno., **ADJUDICANDO** em favor das empresas: **ERA DISTRIBUIDORA LTDA** (49569592000156) com o lote: 9 no valor total de R\$ 3.639,50 (três mil e seicentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos). **MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A** (05912018000183) com os lotes: 11 e 14 no valor total de R\$ 125.659,60 (cento e vinte e cinco mil e seicentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). **N M LICITACOES LTDA** (52339425000123) com o lote: 2 no valor total de R\$ 36.090,00 (trinta e seis mil e noventa reais). **NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA.** (12694747000176) com os lotes: 1, 8 e 15 no valor total de R\$ 29.870,00 (vinte e nove mil e oitocentos e setenta reais). **NUTRIPORT COMERCIAL LTDA** (03612312000497) com os lotes: 3, 4, 5, 6, 7, 10 e 12 no valor total de R\$ 124.335,15 (cento e vinte e quatro mil e trezentos e trinta e cinco reais e quinze centavos)., regularmente classificadas e habilitadas no Pregão Eletrônico nº 077/2025. Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Item deserto: 13.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE**, Estado do Paraná, em 08 de janeiro de 2026.

**LUCIAN ALUISIO DIERINGS**  
PREFEITO

**bradesco**

LEILÃO SOMENTE ONLINE 19 IMÓVEIS  
FECHAMENTO: 15/01/2026 a partir das 13h00



LOCALIDADES: GO MA MT PA PI PR RJ SC SP

✓ A VISTA COM 10% DE DESCONTO  
✓ PARCELAMENTO EM 12 MENSALIDADES IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS\*

**LOTE 08-TERRA ROXA/PR**  
TERRENO c/ 250,00m²  
Rua Eurico de Souza Cruz  
Antiga Rua Projetada 771, 218 - (Lt. 09 da qd. 15)  
LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL ELIZA  
Lance Mínimo: R\$ 18.000,00  
Mínimo à Vista: R\$ 16.200,00

**LOTE 09-TERRA ROXA/PR**  
TERRENO c/ 250,00m²  
Rua João Cândido Ribeiro  
Antiga Rua Projetada 771, 178 - (Lt. 26 da qd. 12)  
LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL ELIZA  
Lance Mínimo: R\$ 18.000,00  
Mínimo à Vista: R\$ 16.200,00

**LOTE 10-TERRA ROXA/PR**  
TERRENO c/ 250,00m²  
Rua Eurico de Souza Cruz  
Antiga Rua Projetada 771, 208 - (Lt. 08 da qd. 15)  
LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL ELIZA  
Lance Mínimo: R\$ 18.000,00  
Mínimo à Vista: R\$ 16.200,00

Lances "on-line", "condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: <https://VITRINEBRADESCO.com.br/>  
(11) 3117.1001 | [jac@freitasleal.com.br](mailto:jac@freitasleal.com.br)  
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

[www.freitasleal.com.br](http://www.freitasleal.com.br)